

JUCESP

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIAS  
ADICIONAIS, DA CROMEX S.A.,

ENTRE

**CROMEX S.A.**,  
*como Emissora,*

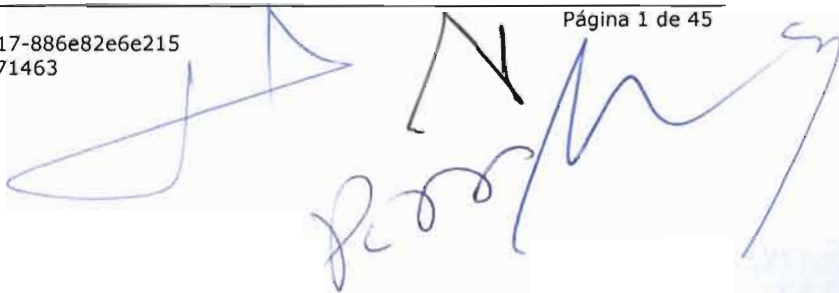
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**,  
*na qualidade de Agente Fiduciário*

E

**SAMUEL WAJSBROT, PAULINA REGINA WAJSBROT E SERGIO WAJSBROT**,  
*na qualidade de intervenientes e garantidores*

Datada de

22 de julho de 2010



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIAS ADICIONAIS, DA CROMEX S.A.**

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

(a) **CROMEX S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Paulo Emílio Salles Gomes, 153, Bairro do Limão, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.271.463/0001-13, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão pública de debêntures simples da Emissora ("Debenturistas");

e, ainda, como intervenientes e garantidores,

(c) **SAMUEL WAJSBROT**, brasileiro, casado em regime de comunhão total de bens, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.816.818-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 005.406.768-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 8º andar ("Samuel"), e sua esposa, Sra. **PAULINA REGINA WAJSBROT**, brasileira, casada, industrial, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.704.058-6, inscrita no CPF/MF sob nº 043.628.038-82, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 8º andar ("Paulina"); e

(d) **SÉRGIO WAJSBROT**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.414.742-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.625.318-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 8º andar ("Sérgio" e, em conjunto com Samuel e Paulina, "Garantidores"), sendo os Garantidores, a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes", e individualmente e indistintamente como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "*Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, com Garantias Adicionais, da Cromex S.A.*" ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que se regerá pelas cláusulas, termos e condições abaixo dispostos.

JUCESP

25 08 10

**CLÁUSULA I**  
**AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, em reunião realizada em 19 de julho de 2010 ("AGE"), nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

**CLÁUSULA II**  
**REQUISITOS**

**2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITALIS**

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por não ter sido elaborado Prospecto da Oferta Restrita, nos termos da Circular ANBIMA n.º 015/09, de 6 de maio de 2009.

**2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS**

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a Emissão e a concessão das respectivas garantias reais pela Emissora será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Comércio & Indústria, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

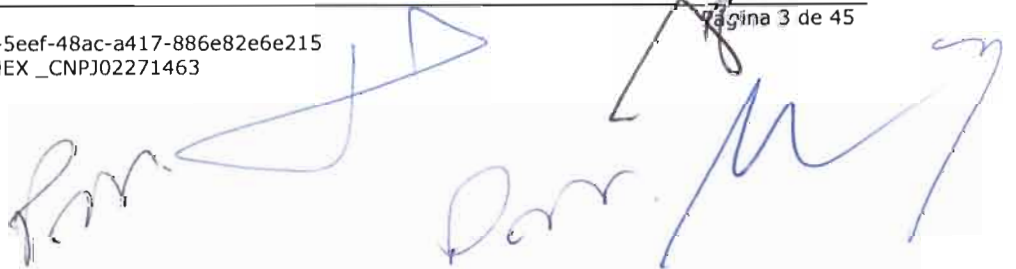
**2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão levados a registro (i) na JUCESP, em até 5 (cinco) dias contados de sua assinatura, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) em até 5 (cinco) dias contados do arquivamento na a JUCESP, em Registro de Títulos e Documentos da sede das Partes, nos termos do art. 129, 3º, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme posteriormente alterada ("Lei de Registros Públicos").

2.3.2. Em até 2 (dois) dias úteis após os registros mencionados acima, uma via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser encaminhados ao Agente de Fiduciário.

**2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário, por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela



CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme item 2.4.2. abaixo.

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado (conforme definido abaixo), conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

2.4.3. A Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, no prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta Restrita, exceto se a nova oferta for submetida a registro na CVM.

## 2.5. DOS LIMITES DA EMISSÃO

2.5.1. A presente Emissão atende ao limite previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que, nesta data, o capital social da Emissora é de R\$129.781.508,81 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e oito reais e oitenta e um centavos).

## 2.6. DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

2.6.1. A Emissora tem por objeto: (a) a industrialização, comercialização, a importação e a exportação de "masterbatches", pigmentos, cargas minerais, aditivos, resinas termoplásticas e congêneres; (b) a administração de bens próprios; e (c) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, ou a participação em outros empreendimentos como consorciada.

## 2.7. DA CONSTITUIÇÃO DAS GARANTIAS REAIS

2.7.1. A liquidação financeira da presente Emissão somente ocorrerá após a devida formalização e constituição das Garantias (abaixo definido), conforme previsto no item 4.1.4.1. abaixo.

# CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

## 3.1. SÉRIES

3.1.1. A Emissão será realizada em uma série única.

## 3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de





reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

### 3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Serão emitidas 60 (sessenta) Debêntures.

### 3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.4.1. Os recursos captados por meio da Emissão serão integralmente utilizados pela Emissora para capitalizar a Duge Participações Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso Alvarenga, n.º 1.245, 8º andar, Cjto. 83, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.754.974/0001-00 ("Duge"), sociedade integrante do grupo de controle acionário da Emissora, por meio de mútuo da Emissora em favor da Duge, para possibilitar à Duge o pagamento do valor de principal e juros remuneratórios da Nota Promissória Comercial da sua 1ª emissão.

### 3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

### 3.6. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

3.6.1. O banco mandatário da Emissão das Debêntures é o ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.6.2. A instituição depositária das Debêntures é a ITAÚ CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) e conforme estabelecido nesta Cláusula IV.

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30 ("Coordenador").

Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, de acordo com o "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, Com Garantias Adicionais, em regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Cromex S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

4.1.3. Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.3.1. Para os fins desta Cláusula, serão considerados investidores qualificados, aqueles assim definidos pela Instrução CVM n.º 476 e pela Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM n.º 409"), quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios. Complementarmente ao exposto acima, para fins exclusivos da emissões realizadas com fulcro na Instrução CVM n.º 476: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas previstas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (em conjunto, "Investidores Qualificados").

4.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula.

4.1.4.1. O Coordenador Líder somente efetuará a colocação das Debêntures após (i) a obtenção do registro do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva e Outras Avenças" nos competentes cartórios de títulos e documentos da sede das partes; (ii) a averbação da Alienação Fiduciária de Ações (abaixo definido) no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora; (iii) a obtenção do registro do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" nos competentes cartórios de títulos e documentos da sede das partes; e (iv) arquivamento desta Escritura e eventuais aditamentos na competente Junta Comercial, bem como nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da sede das partes.

4.1.4.2. O Coordenador Líder e/ou a Emissora disponibilizará(ão) ao Agente Fiduciário, previamente à liquidação financeira das Debêntures, via original de cada uma dos

JUCESP

25 08 10

documentos listados no item 4.1.4.1 acima.

4.1.4.3. A Emissora, por si ou por meio de terceiro contratado (neste caso, a Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário a pessoa responsável pela realização do registro até a Data de Emissão) compromete-se a fazer com que a Hipoteca esteja devidamente registrada na Matrícula n.º 3697, do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, com a apresentação ao Agente Fiduciário da referida Matrícula atualizada com o registro da Hipoteca até 31 de outubro de 2010.

4.1.4.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; (iii) concorda expressamente com todos os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia (abaixo definido), inclusive no que se refere à constituição, suficiência e exequibilidade das garantias; (iv) não poderá negociar as Debêntures no mercado secundário até que todas as Garantias da Emissão, inclusive as adicionais, estejam devidamente constituídas, inclusive no que diz respeito ao registro da Hipoteca na Matrícula n.º 3697, do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia; e (v) caso haja o Vencimento Antecipado das Debêntures antes da devida formalização da Garantias, sua execução poderá estar comprometida.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### 4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 4 de agosto de 2010 ("Data de Emissão").

#### 4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão e na efetiva subscrição e integralização das Debêntures, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

#### 4.4. CONVERSIBILIDADE, FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada



pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, esse órgão expedirá extrato em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade.

#### 4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com Garantia Real, em razão da Alienação Fiduciária de Ações (abaixo definida), e terá garantias adicionais, conforme estabelecido no item 4.6. abaixo.

#### 4.6. GARANTIAS

4.6.1. As Debêntures terão as seguintes garantias ("Instrumentos de Garantia" ou "Garantias"):

(a) Garantia Real para fins de determinação da espécie das Debêntures (conforme item 4.5 acima): Alienação Fiduciária em garantia, sob condição suspensiva, de 129.781.509 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentas e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da Emissora, representativas, nesta data, de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora ("Ações"), de titularidade de Duge, Plann Participações S.A., RRV Participações Ltda, Samuel Wajsbrot, Sergio Wajsbrot, Roberto Jacomini, Celso Hahne e Masahiro Hara, incluindo as ações a serem eventualmente emitidas em futuros aumentos de capital da Emissora, nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva e Outras Avenças*", firmado nesta data entre a totalidade dos acionistas da Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora ("Alienação Fiduciária de Ações"). As Ações alienadas, nesta data, representam R\$ 95.296.000,00 (noventa e cinco milhões e duzentos e noventa e seis mil reais), tendo sido este valor apurado conforme patrimônio líquido expresso no balanço auditado da Emissora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo R\$ 0,734280259 por ação. A Alienação Fiduciária de Ações será formalizada por meio da anotação no registro no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora e do registro do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva e Outras Avenças*" nos competentes cartórios de títulos e documentos da sede das partes, antes da Data de Liquidação (abaixo definido), na forma da Alienação Fiduciária de Ações, sendo certo que esta garantia apenas se tornará eficaz e, portanto, exequível, quando verificada a condição suspensiva nela prevista, qual seja, a baixa do registro no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora da alienação fiduciária prestada em garantia da 1ª Emissão de Nota Promissória da Duge.

(b) Garantias Reais Adicionais (não utilizadas para fins de determinação da espécie das Debêntures):

(i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de titularidade da Emissora, nos termos do "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", a ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência do banco depositário de tais direitos creditórios ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); e



JUCESP

05.09.10

(ii) Hipoteca em primeiro grau do imóvel de propriedade da Emissora ("Hipoteca"), objeto da Matrícula nº 3697, do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, nos termos da *"Escritura Pública de Constituição de Hipoteca em Primeiro Grau em Garantia de Escritura de Emissão de Debêntures"*, a ser firmada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, cujo imóvel foi avaliado em R\$9.200.000,00 (nove milhões e duzentos mil reais), conforme Laudo de Avaliação datado de 19 de julho de 2010, elaborado por Iacina Meira, CREA 22.675-D e CPF 463.968.965-91, que será registrada na Matrícula nº 3697 do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, até 31 de outubro de 2010, sob pena de Vencimento Antecipado das Debêntures, conforme estabelecido no 4.13.1, alínea (v), abaixo.

(c) Garantia Fidejussória: as Debêntures contam com garantia de fiança dos Garantidores, na qualidade de devedores solidários de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula IX abaixo ("Fiança").

#### 4.7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.7.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescidos da Remuneração das Debêntures desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição, em uma única data ("Data de Liquidação").

4.7.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

#### 4.8. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.8.1. As Debêntures terão prazo vigência de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 4 de agosto de 2015, observadas as hipóteses de decretação de Vencimento Antecipado, conforme definido no item 4.13. abaixo, ou de resgate antecipado das Debêntures, conforme as hipóteses previstas no item 4.15. abaixo ("Data de Vencimento").

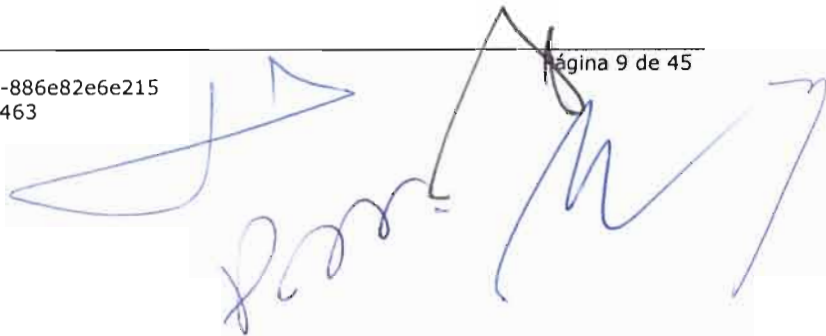
#### 4.9. ATUALIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. As Debêntures não serão atualizadas monetariamente.

#### 4.10. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO E CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.10.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 17 (dezessete) parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contados da Data de Emissão, de acordo com o cronograma de amortização contido no Anexo A à presente Escritura de Emissão ("Datas de Amortização").

#### 4.11. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES



JUCESP

05.08.19

4.11.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, equivalentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescido de uma sobretaxa de 5,00% (cinco inteiros por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido adiante, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Fator DI = Produtório das Taxas DI–Over com uso de percentual aplicado, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = Número total de Taxas DI–Over consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro.

p = Percentual aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2(duas) casas decimais, equivalente a 100,0.

TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

JUL 2019

25 08 10

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n;$

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão  $\left[ 1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right]$  deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último fator diário considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" pelo "FatorSpread" com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

FatorSpread = Spread ou sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{Fator Spread} = \left[ \left( \frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

Spread = 5,0000.

DP = É o número de dias úteis entre a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.11.2. Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

#### 4.12. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

Instrumento: GARANTIA  
Autenticação (SIM-II): 5a5a8b95-5eef-48ac-a417-886e82e6e215  
IBBA \_Garantia \_Escritura \_CROMEX \_CNPJ02271463

Página 11 de 45



JUL 27

25 08 10

4.12.1. O pagamento da Remuneração será feito em 17 (dezessete) parcelas trimestrais, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, de acordo com o cronograma de pagamento da Remuneração contido no Anexo B à presente Escritura de Emissão ("Datas de Pagamento da Remuneração").

4.12.1.1. Fará jus à Remuneração o Debenturista (i) que assim conste nos controles da Instituição Depositária, ou (ii) na custódia na CETIP. Em qualquer dos casos, terá direito ao recebimento o Debenturista que, no encerramento do dia útil imediatamente anterior à data de seu pagamento, figurar como titular deste ativo.

4.12.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, na apuração de TDIk a que se refere o item 4.11.1 acima, a última taxa DIk divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DIk que seria aplicável.

4.12.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis ("Período de Ausência da Taxa DI") contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros a que se refere o item 4.11.1. acima quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

4.12.3.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.12.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a alternativa escolhida (para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam pertencentes aos seus controladores ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou

JUCESP

25 06 10

conselheiros e respectivos parentes até segundo grau):

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou

(b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo remanescente das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures poderá ser utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. O referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas, seguindo os quóruns aplicáveis. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.12.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio da Instituição Depositária para o Debenturista que não esteja com a Debênture depositada em custódia vinculada no SND.

#### 4.13. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.13.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Vencimento Antecipado"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão;
- (b) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores (ou, conforme o caso, por qualquer parte dos Instrumentos de Garantia), de qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão ou de quaisquer dos Instrumentos de Garantia, não sanado no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento de notificação nesse sentido (ou no prazo estabelecido no respectivo Instrumento de



JUL 29 2019  
25 08 10

Garantia);

- (c) transferência, cessão ou promessa de cessão, pela Emissora e/ou por quaisquer dos Garantidores a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Emissora e/ou dos Garantidores, conforme o caso, estabelecido nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas;
- (d) anulação, nulidade, inexecutibilidade ou questionamento da Emissão e/ou de quaisquer das Garantias prestadas pelos Garantidores;
- (e) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora, conforme o caso; (iii) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; ou (vi) morte, insolvência e/ou interdição de quaisquer dos Garantidores, conforme o caso, sem que a Emissora apresente substituto(s) idôneo(s), aceito(s) pela totalidade dos Debenturistas.
- (f) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) aprovação de qualquer reorganização societária (redução do capital social, incorporação (inclusive de ações), fusão, cisão, recompra de ações, associação ou qualquer outra operação com efeito similar) envolvendo a Emissora, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas;
- (h) mudança do controle acionário, direta ou indireta, da Emissora, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas;
- (i) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Emissora, exceto se tal alteração não resultar na mudança da atividade principal da Emissora, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas;
- (j) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos competentes, que afete de forma adversa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- (k) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Emissora e/ou de quaisquer dos Garantidores;
- (l) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra quaisquer dos Garantidores, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto se, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da respectiva ocorrência, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e





JUCESP

22.08.10

tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação ou suspensão de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

- (m) descumprimento, pela Emissora e/ou por quaisquer dos Garantidores, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra quaisquer dos Garantidores, em valor, individual ou em conjunto, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis contados da respectiva ocorrência;
- (n) arresto, seqüestro ou penhora de bens da Emissora e/ou de quaisquer dos Garantidores, que possa afetar a Emissora ou quaisquer das Garantias, no todo ou em parte;
- (o) mudança no estado econômico-financeiro da Emissora e/ou de quaisquer dos Garantidores, que possa afetar a Emissora ou quaisquer das Garantias, no todo ou em parte;
- (p) não manutenção, pela Emissora, de seus registros contábeis de forma precisa e completa, e sujeitos a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (q) se forem propostas contra a Emissora e/ou quaisquer dos Garantidores ações, execuções ou medidas judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, que, por qualquer modo, afetem quaisquer das Garantias, no todo ou em parte;
- (r) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou por quaisquer dos Garantidores em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita, incluindo o Contrato de Distribuição, são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- (s) se houver rebaixamento da classificação de risco das Debêntures em duas ou mais notas em escala nacional, em relação à classificação de risco inicial obtida pelas Debêntures, caso a Emissão venha a ser objeto de classificação de risco por uma Agência de Classificação de Risco (abaixo definido), conforme estabelecido na alínea (h) do item 5.1 desta Escritura de Emissão;
- (t) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita na forma descrita no item "Destinação dos Recursos" acima;
- (u) demais hipóteses de vencimento antecipado previstas em lei, especialmente as previstas nos Artigos 333 e 1425 do Código Civil Brasileiro;
- (v) não constituição de quaisquer das Garantias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, na forma e prazos aqui estabelecidos, ou se quaisquer das Garantias, por qualquer fato atinente ao seu objeto se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes

JUCEB

2009

para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora, ou

(w) não manutenção, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora (em conjunto, "Índices Financeiros"):

- (i) o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado não deverá ser superior a: 3,5 (três inteiros e cinco décimos) em 2010; 3,0 (três inteiros) em 2011; e 2,5 (dois inteiros e dois décimos) em 2012 e nos exercícios sociais subsequentes até a Data de Vencimento; e
- (ii) o Índice de Liquidez Corrente não deverá ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) em todos os exercícios sociais até a Data de Vencimento.

Para os fins desta alínea:

"Dívida Líquida": significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo as Debêntures em Circulação, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de disponibilidades;

"EBITDA Ajustado": significa o valor calculado, pelo regime de competência, durante os 12 (doze) meses anteriores, igual à soma das receitas totais líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados; (ii) custo dos produtos vendidos; e (iii) despesas administrativas, sendo o resultado desta subtração acrescido das despesas de depreciação e amortização e da receita financeira decorrente do benefício fiscal de ICMS apurado no período concedido no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve; e

"Índice de Liquidez Corrente": significa o índice obtido pela divisão da conta Ativo Circulante e a conta Passivo Circulante das demonstrações financeiras da Emissora.

4.13.1.1. Para fins do disposto na alínea (w) do item 4.13.1. acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados pela Emissora e revisados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora, referentes ao encerramento de exercício de cada exercício social, auditados pelos auditores independentes da Emissora. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, em até 100 (cem) dias do encerramento dos respectivos exercícios sociais, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

4.13.2. Observado o item 6.6.1 abaixo, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (k), (l), (m), (n), (q), (r), (t), (u) ou (v) do item 4.13.1. acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora ("Vencimento Antecipado").



JUL 29

25 08 10

Automático”).

4.13.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (j), (o), (p), (s) ou (w) do item 4.13.1. acima, o Agente Fiduciário deverá notificar os Debenturistas, dentro de até 5 (cinco) dias corridos da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que estes, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, possam deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures (“Deliberação sobre Vencimento Antecipado”), se assim for deliberado por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

4.13.4. Para fins da alínea (e) do item 4.13.1. acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.13.5. Os valores constantes do item 4.13.1. serão reajustados pelo IGP-M – Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) entre a Data de Emissão e a data do evento que possa gerar um vencimento antecipado.

#### 4.14. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.14.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13. acima, a Emissora e os Garantidores obrigam-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e aos Garantidores através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula X desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.16.

4.14.2. Caso ocorra o pagamento decorrente do Vencimento Antecipado, a Emissora deverá comunicar a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

#### 4.15. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

4.15.1. Observados os termos e condições estabelecidos neste item, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião do seu Conselho de Administração, realizar uma oferta de resgate antecipado facultativo, total ou parcial, das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção (“Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”). A Oferta de Resgate Antecipado Facultativo observará o quanto segue:



JUL 2019

2019

(a) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca da intenção de realizar uma Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio da publicação de um edital no jornal indicado no item 4.20. abaixo, que conterá as condições da oferta da Emissora, com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data definida para a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, e solicitará aos Debenturistas que indiquem sua intenção de aderir ou não à oferta, os quais deverão se manifestar com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo");

(b) O Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, incluindo:

(i) se a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total";) ou se será parcial ("Resgate Antecipado Facultativo Parcial"), sendo que, neste caso, o procedimento para aquisição parcial será mediante sorteio;

(ii) no caso do Resgate Antecipado Facultativo Total, o prêmio de resgate não poderá ser inferior a 1,00% (um por cento) sobre o Valor de Resgate (abaixo definido);

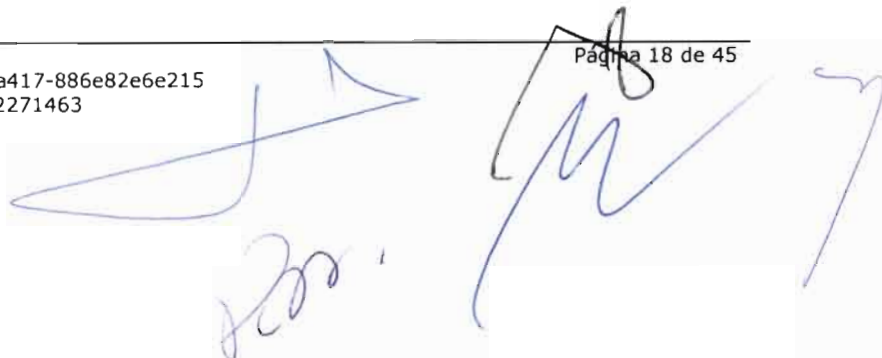
(iii) No caso de um Resgate Antecipado Facultativo Parcial, as seguintes condições deverão ser observadas:

<u>Data de Liquidação do Resgate Antecipado Facultativo Parcial</u>	<u>Prêmio de Resgate</u>	<u>Limitação de Valor de Resgate (abaixo definido)</u>
Até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão	Não inferior a <u>0,50%</u> (cinquenta centésimos por cento) sobre o Valor de Resgate (abaixo definido)	Até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais)
Depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão	Não inferior a <u>1,00%</u> (um por cento) sobre o Valor de Resgate (abaixo definido)	Não há

(iv) a forma de manifestação dos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo;

(v) a data efetiva para a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e

(vi) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;



JUL 2019

2019

(c) o valor a ser pago aos Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido (i) da Remuneração devida até a data da liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, na forma desta Escritura de Emissão ("Valor de Resgate"); e (ii) do prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, incidente sobre o Valor de Resgate, conforme estabelecido na alínea (b) acima;

(d) na data de liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a Emissora irá proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, sendo certo que todas as Debêntures que forem objeto da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, conforme manifestação dos Debenturistas, serão liquidadas em uma única data;

(e) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Mandatário nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas. No caso das Debêntures que estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização; e

(f) no caso da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, a operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será realizada através de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.15.2. As Debêntures resgatadas deverão ser canceladas pela Emissora.

#### 4.16. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a (i) multa moratória de 2% (dois por cento) e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.17. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.17.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o

JUL 29  
2010

direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

#### 4.18. LOCAL DE PAGAMENTO

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto ao SND. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto à Instituição Depositária.

#### 4.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.20. PUBLICIDADE

4.20.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Comércio & Indústria, utilizado pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM, bem como no site da Emissora ([www.cromex.com.br](http://www.cromex.com.br)).

#### 4.21. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA

4.21.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.22. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.22.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus honorários os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou não gozasse da respectiva isenção tributária. Da data de envio desta correspondência até a data do efetivo pagamento, o debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deve permanecer debenturista, não podendo negociar sua Debênture até a data posterior ao pagamento.

#### 4.23. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS



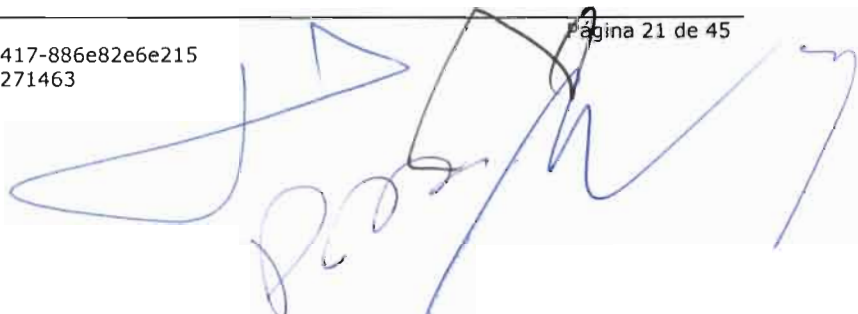
4.23.1. Caso a Emissão não seja finalizada por qualquer motivo, os recursos utilizados pelos investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos ao respectivo investidor, por intermédio do Banco Mandatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da Emissão, ou de sua revogação pelo investidor, caso aplicável, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos ao investidor sem incidência da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão.

**CLÁUSULA V**  
**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora obriga-se a:

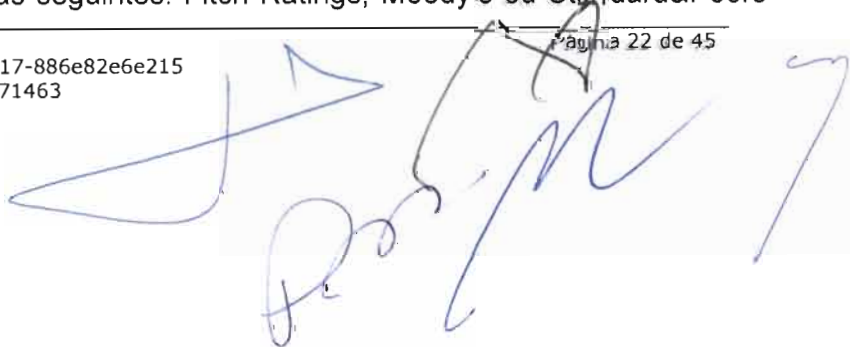
(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 100 (cem) dias após o término do exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, que deverão ser um dentre os seguintes: Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes e Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, (b) demonstrativo de cálculo dos Índices Financeiros estabelecidos na alínea (w) do item 4.13.1. desta Escritura de Emissão, bem como, (c) declaração do Diretor Administrativo-Financeiro da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão, e (d) cópia do documento que comprove a suficiência do patrimônio dos Fiadores em relação ao saldo devedor da Emissão;
- (ii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480") (com exceção daquelas já referidas nas alíneas (a) e (b) do item (i) acima);
- (iii) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM n.º 247, de 27 de março de 1996, conforme alterada, e demais normas de consolidação emitidas pela CVM;
- (iv) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.13. acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
- (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que



forem realizados;

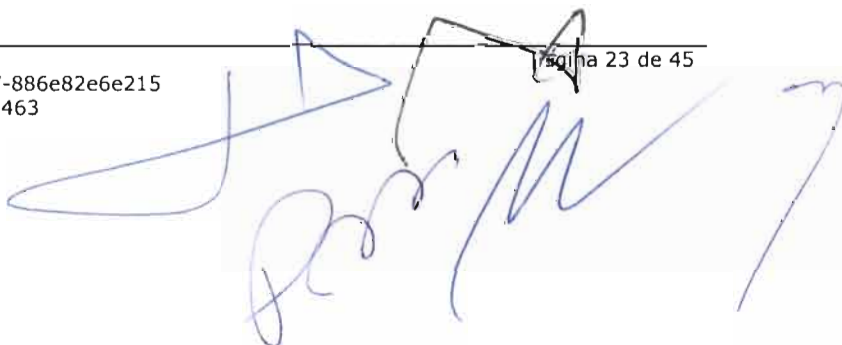
- (vi) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na letra "b" abaixo;
  - (vii) previamente à liquidação financeira das Debêntures, via original de cada um dos documentos listados no item 4.1.4.1 acima;
  - (viii) em até 5 (cinco) dias após a Data de Liquidação, cópia do Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora no qual conste o devido cancelamento do gravame outorgado ao titular da Nota Promissória da 1ª emissão da Duge; e
  - (ix) até 31 de outubro de 2010, cópia da Matrícula n.º 3.697, do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, devidamente atualizada, constando o registro da Hipoteca.
- (b) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
  - (c) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
  - (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
  - (e) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - (f) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão;
  - (g) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário, Instituição Depositária, Agente Fiduciário e os serviços da CETIP;
  - (h) caso assim seja deliberado por Debenturistas representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, contratar em até 120 (cento e vinte dias) contados da data do envio, pelo Agente Fiduciário, de comunicação informando acerca da deliberação dos Debenturistas, e, a partir de então, manter contratada, agência de classificação de risco de renome internacional, a qual deverá ser uma dentre as seguintes: Fitch Ratings, Moody's ou Standard&Poors



JUL 25 2018

2018 JUL 25

- ("Agência de Classificação de Risco"), para que esta divulgue relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures com periodicidade, no mínimo, anual, bem como (i) manter atualizada, pelo menos anualmente e enquanto houver Debêntures em Circulação, a classificação de risco (*rating*) que venha a ser atribuída às Debêntures, (ii) divulgar e/ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue relatório ou súmula de classificação de risco (*rating*) das Debêntures e suas respectivas atualizações, e (iii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco (*rating*) das Debêntures;
- (i) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;
  - (j) manter sua contabilidade atualizada, de forma precisa e completa, e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil"), bem como sujeitar seus registros contábeis a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM de renome internacional;
  - (k) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no Artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
  - (l) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;
  - (m) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários, conforme as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações;
  - (n) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.4. desta Escritura de Emissão, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
  - (o) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no Artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"); e
  - (p) franquear acesso ao Agente Fiduciário, durante o horário comercial, dos seus registros contábeis da Emissora, mediante solicitação feita pelo Agente de Fiduciário com 5 (cinco) dias úteis de antecedência.





JUCESP

2020

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos pelo Agente Fiduciário, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas razoáveis de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.


5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá à Debênture na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

5.2.4 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere ao item 5.2. acima, solicitar ao Debenturista adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por



JUCESP

25 08 10

Ações e com as regras emitidas pela CVM;

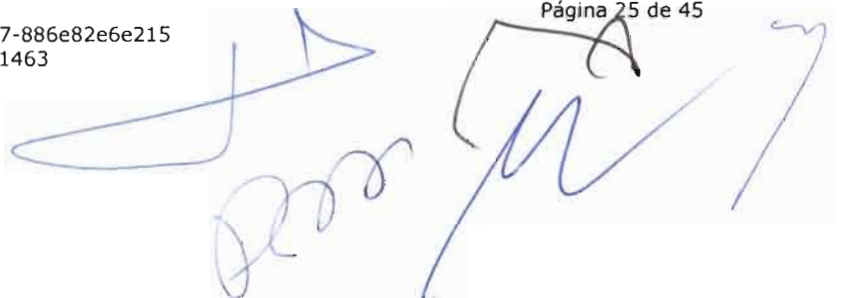
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e o Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

#### CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas, termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui



IBBA

IBBA

previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) verificou, com base nas informações contidas no item 2.5. acima, os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (l) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (m) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (n) está ciente da regulamentação aplicável; e
- (o) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, não foi possível atestar sobre a suficiência e exeqüibilidade das Garantias, em função da condição suspensiva da Alienação Fiduciária de Ações, da pendência de registro dos Instrumentos de Garantia nos competentes cartórios de títulos e documentos, bem como da pendência do registro da Hipoteca, conforme itens 4.1.4.1 e 4.1.4.3 acima.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora ou por quaisquer dos Garantidores neste Instrumento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelos deveres e



JUCESP

09 09 09

atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

6.4.1 A título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas trimestrais de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), devida a primeira 5 (cinco) dias após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes. Serão devidas parcelas trimestrais até a liquidação integral das Debêntures, caso elas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

6.4.2. No caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, serão devidas a Oliveira Trust, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures.

6.4.3. No caso de celebração de aditamentos a escritura de emissão e aos contratos de garantia da emissão, serão devidas a Oliveira Trust, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.

6.4.4. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação

6.4.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

6.4.6. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;


6.4.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M.

6.4.8. Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS, PIS, COFINS, serão acrescidos à remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos.

6.4.9. As parcelas da remuneração referenciadas no item 6.4.1 acima serão atualizadas anualmente, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar à Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, e desde que seja aprovado em Assembleia



JUCESP

25 08 10

Geral de Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;

- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
  - (x) declaração sobre a suficiência e exeqüibilidade das Garantias.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
  - (i) sede da Emissora;



JUCESP  
25 08 10

- (ii) sede do Agente Fiduciário;
- (iii) CVM;
- (iv) CETIP; e
- (v) dependências do Coordenador Líder, conforme por este indicado;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário, à Instituição Depositária e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar, calcular e apurar os Índices Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e
- (s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que tenha como objetivo mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.13 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;

JUCESP

25.08.10

- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora; e
- (e) executar a Garantia no pagamento, integral e proporcional, dos Debenturistas.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 6.6. acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação:

- (i) da unanimidade das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6. acima, quando o evento se referir a um Vencimento Antecipado Automático;
- (ii) de Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6. acima, quando o evento de vencimento antecipado for um dos indicados no item 4.13.3. desta Escritura de Emissão;
- (iii) da unanimidade das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada das medidas a que se referem as alíneas (b), (c) ou (e) do item acima; ou
- (iv) de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (d) do item 6.6. acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

JUL 2017

2017 07 20

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, conforme disposto no item 6.8.3. acima, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.

6.8.5. O Agente Fiduciário, se substituído, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.6. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.7. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deve ser averbado no registro (i) de comércio e (ii) de títulos e documentos, conforme disposto no item 2.3.1.

6.8.7.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20. acima.

6.8.7.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão



JUL 29

25 08 10

sejam cumpridas.

6.8.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

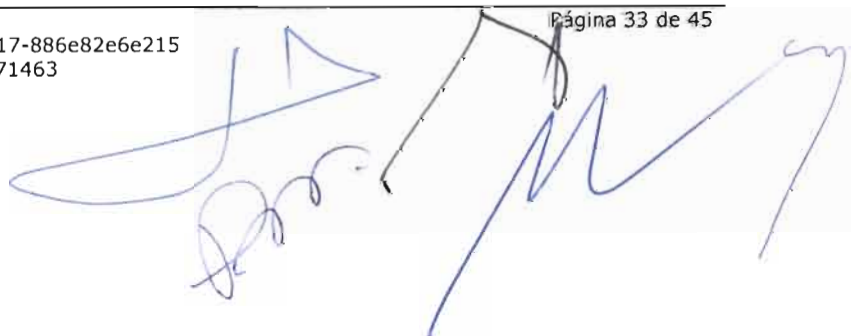
7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário e nas Datas de Pagamento de Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; e (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; e (v) no item 4.13. (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



7.6.2. A renúncia à declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13.3. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Não sendo atingido o quórum de deliberação, o Agente Fiduciário deverá decretar, imediatamente, o Vencimento Antecipado.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.12.3. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas assim definidas no item 4.12.4 acima.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### **CLÁUSULA VIII** **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES**

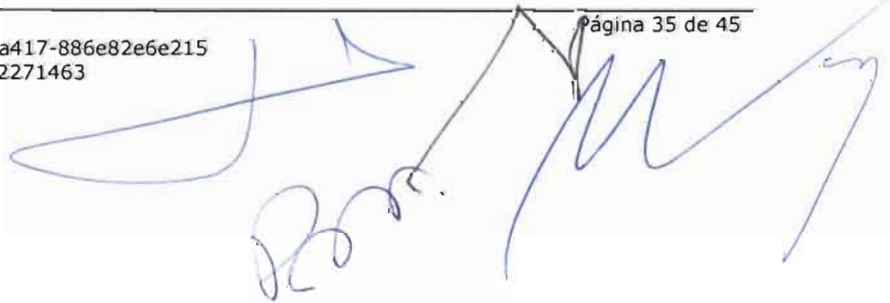
8.1. A Emissora e os Garantidores declaram e garantem aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, conforme o caso:

- (a) a Emissora é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras.
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora e de qualquer dos Garantidores que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e dos Garantidores, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração, os termos e as condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem seu estatuto social, conforme o caso; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou quaisquer dos Garantidores seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral a que a Emissora ou quaisquer

JUCESP

2023/03/28

- dos Garantidores esteja sujeira; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de quaisquer dos Garantidores; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) tem todas as permissões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais que sejam relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e/ou em fase de renovação de sua validade;
  - (f) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
  - (g) as demonstrações financeiras da Emissora e de quaisquer dos Garantidores representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
  - (h) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou aos Garantidores, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado;
  - (i) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos necessários para assegurar à Emissora e aos Garantidores a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
  - (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;
  - (k) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e dos Garantidores, exeqüíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1.973, conforme alterada;
  - (l) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta Restrita, e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são e serão informações verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e dos Garantidores, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas





JUCESP

25 08 10

declarações foram dadas;

- (m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (n) as operações e propriedades da Emissora e dos Garantidores cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor;
- (o) não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa ter um efeito material adverso à Emissora ou aos Garantidores; e
- (p) cumpre em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um efeito material adverso à Emissora ou aos Garantidores.

8.2. A Emissora e os Garantidores obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 8.1. acima.

8.3. Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, a Emissora e os Garantidores obrigam-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

#### CLÁUSULA IX DA FIANÇA DOS GARANTIDORES

9.1. Os Garantidores, Srs. **SERGIO WAJSBROT, PAULINA REGINA WAJSBROT e SAMUEL WAJSBROT**, assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadores solidários e principal pagadores do valor total da dívida da Emissora representada pelo Valor Total da Emissão das Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

9.1.1. De acordo com as declarações de Imposto de Renda referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os Garantidores somam, em conjunto, o patrimônio de R\$14.786.037,95 (quatorze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, trinta e sete reais e noventa e cinco centavos).

JUCESP

25.08.10

9.2. O Valor Garantido será pago pelos Garantidores no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza.

9.3. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão ou conforme vier a ser estabelecido pela CETIP.

9.4. Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro.

9.5. Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a presente fiança, relativamente ao valor por eles honrado.

9.6. Os Garantidores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido. No entanto, a fiança permanecerá válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

9.7. A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

9.8. Após pagamento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, do Valor Garantido, operar-se-á a quitação automática, irrevogável e irretratável, das Debêntures, caso em que elas serão consideradas quitadas, liquidadas e extintas de pleno direito, independentemente de qualquer ação ou procedimento adicional.

#### CLÁUSULA X NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**CROMEX S.A.**

Rua Paulo Emílio Salles Gomes, 153, Bairro do Limão  
São Paulo – SP – CEP 02710-110

At.: Sr. Roberto Jacomini

Telefone: (11) 3856-1099

Fax: (11) 3856-1017

E-mail: roberto.jacomini@cromex.com.br

WJCSB

25 08 10

Para os Garantidores:

**SAMUEL WAJSBROT/PAULINA REGINA WAJSBROT/SERGIO WAJSBROT**

Rua Pedroso Alvarenga, nº 1.245, 8º andar – Cjto.83

São Paulo – SP – CEP 04531-012

Tel.: (11) 3079-4422 / 3856-1001

E-mail: samuelw@sampal.com.br / sergio.wajsbrot@cromex.com.br

Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-100

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

At: Gustavo Dezouart

E-mail: Gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

São Paulo – SP

CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Luiz Loureiro

E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Para a Instituição Depositária:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

São Paulo – SP

CEP 04538-132

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Luiz Loureiro

E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Para a CETIP:

**CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**

Rua Líbero Badaró, nº 425 – 24º andar

São Paulo –SP, CEP 01009-000

e

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

Rio de Janeiro –RJ, CEP 20031-170

www.cetip.com.br

Instrumento: GARANTIA

Autenticação (SIM-II): 5a5a8b95-5eef-48ac-a417-886e82e6e215

IBBA \_Garantia \_Escritura \_CROMEX \_CNPJ02271463

Página 38 de 45



JUCESP

JUCESP

10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA XI**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

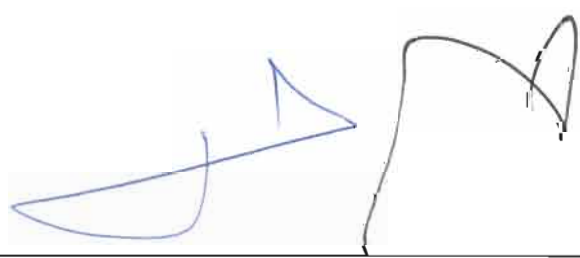
11.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, "dia útil" significa qualquer dia que não um sábado, domingo ou um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

11.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos, ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5. A presente Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.



JUL 23

25 08 10

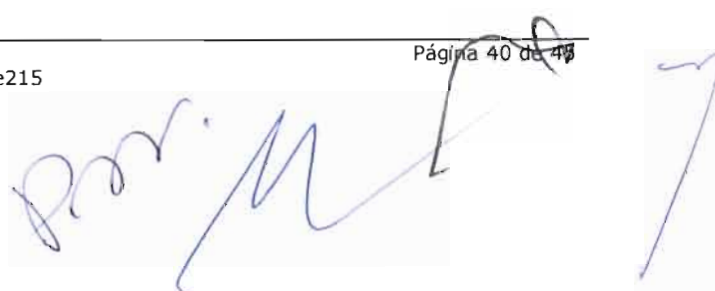
CLÁUSULA XX

FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, os Garantidores e o Agente Fiduciário, em 6 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 22 de julho de 2010.

A large, stylized handwritten signature in blue ink is written across the bottom right of the page. To the right of the signature, the number '7' is handwritten in blue ink.

JUCESP

25 08 10

(Página de Assinaturas 1/3 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, com Garantias Adicionais, da Cromex S.A., datada de 22 de julho de 2010)

CROMEX S.A.

Nome: **Sérgio Wajsbrot**  
Cargo: **Diretor Presidente**

Nome: **Roberto Jacomini**  
Cargo: **Diretor Adm Financeiro**



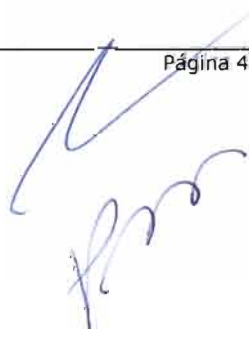
JUL 29

25 00 10

(Página de Assinaturas 2/3 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, com Garantias Adicionais, da Cromex S.A., datada de 22 de julho de 2010)

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**


	
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Nina Bueno Labóz Moya Blasquez da Fonte Procuradora	Nina Bueno Labóz Moya Blasquez da Fonte Procuradora



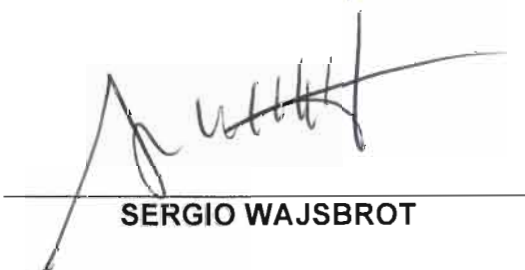
JUCESP

25 08 10

(Página de Assinaturas 3/3 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, com Garantias Adicionais, da Cromex S.A, datada de 22 de julho de 2010)

  
SAMUEL WAJSBROT

  
PAULINA REGINA WAJSBROT

  
SERGIO WAJSBROT

TESTEMUNHAS:

  
Nome: **Marina Carinhato**  
RG: 30.916.050-9 SSP/SP  
CPF/MF: 216.837.578-07

  
Nome: **MADALENA SANTOS**  
RG: 38.288.580-6 SSP/SP  
CPF/MF: 971.205.105-68







